



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 12/9/2012

Presidência do Deputado Marques Abreu

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Paulo Guedes - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Marques Abreu - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Marques Abreu) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012*

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Deputado Durval Ângelo em que encaminha a esta Comissão documentação do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte - CVI-BH -, para providências cabíveis, e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Adrian Nogueira Bueno, Vice-Presidente da Associação Médica de Varginha (17/8/2012); e da Sra. Elisa Smanoto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República,(10/8/2012). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.261/2012, em 1º turno, e 3.308/2012, em turno único (Deputado Doutor Wilson Batista); e Projeto de Lei nº 3.264/2012, em 1º turno (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 243/2011, em turno único. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 2.876/2012, em 1º turno, que recebeu parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça; o Projeto de Lei nº 2.897/2012, em 1º turno, recebeu parecer pela rejeição, o qual foi aprovado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),



compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.247 e 3.259/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.375/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio em que solicita seja realizada reunião de audiência pública da campanha Assine + Saúde, no Município de Patos de Minas, a fim de coletar assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que propõe o investimento de 10% da receita corrente bruta da União em ações e serviços de saúde pública; do Deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Educação, de Saúde e de Direitos Humanos, para discutir o tema "Formação profissional como meio de prevenção da violência no parto", com os convidados que menciona; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater a humanização do parto; do Deputado Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita seja realizada visita técnica às novas instalações do hospital-siderúrgica, em Coronel Fabriciano; e seja encaminhado ofício ao governo federal para que abra negociações, a fim de equacionar a situação financeira das santas casas e demais hospitais e entidades filantrópicas na área da saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Dinis Pinheiro - Glaycon Franco.

* - Republicado em virtude de incorreções verificadas na edição de 28/8/2012, na pág. 2.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/9/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Luiz Henrique, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Lafayette de Andrada e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 283, 2.313, 2.609, 2.666, 2.739, 2.755/2011, 2.828, 2.936, 2.988, 2.998, 3.022, 3.030, 3.076, 3.089, 3.129, 3.139, 3.153 e 3.167/2012 (Deputada Ana Maria Resende); 3.169, 3.171, 3.174, 3.178, 3.179, 3.180, 3.182, 3.186, 3.187, 3.189, 3.190, 3.192, 3.202, 3.203, 3.209, 3.212 e 3.241/2012 (Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 283, 2.313, 2.609, 2.666, 2.739, 2.755/2011, 2.828, 2.936, 2.988, 2.998, 3.022, 3.030, 3.076, 3.089, 3.129, 3.139, 3.153, 3.167, 3.169, 3.171, 3.174, 3.178, 3.179, 3.180, 3.182, 3.186, 3.187, 3.189, 3.190, 3.192, 3.202, 3.203, 3.209, 3.212 e 3.241/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Ana Maria Resende - Marques Abreu.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.315/2012

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas – Acicam –, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.315/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas – Acicam –, com sede no Município de Cachoeira de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo lutar pelo desenvolvimento econômico regional, especialmente do Município em que atua.

Na consecução de seu propósito, a instituição desenvolve o espírito associativo, de harmonia e solidariedade entre os comerciantes e industriais locais, defendendo seus interesses; incentiva o aprimoramento de seus associados no desempenho de suas atividades profissionais; apoia a realização de exposições para incrementar a produtividade do comércio e da indústria.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pela Associação Comercial e Industrial de Cachoeira de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.315/2012, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 12 de setembro de 2012.
Ulysses Gomes, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.321/2012

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação à escola estadual de ensino fundamental e médio situada na Fazenda Roça, no Município de Arinos.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.321/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Chico Mendes à escola estadual de ensino fundamental e médio situada na Fazenda Roça, no Município de Arinos.

Essa medida visa acolher solicitação do Colegiado da referida unidade de ensino, que pretende homenagear Francisco Alves Mendes Filho – Chico Mendes –, seringueiro, sindicalista e importante ativista ambiental brasileiro.

Nascido no seringal Porto Rico, em Xapuri, Acre, em 1944, Chico Mendes começou a acompanhar seu pai na floresta aos 9 anos de idade; aos 11, tornou-se seringueiro em tempo integral e, com 12, tomou contato com Euclides Fernandes Távora, aliado de Carlos Prestes, com quem começou a se interessar pela situação dos seringueiros e pelas condições do Brasil.

Na década de 1970, durante a ocupação intensiva gerenciada pelo governo na Amazônia, quando agricultores e pecuaristas oriundos do Sul do País chegaram ao Acre para explorar a terra, substituindo os seringueiros e derrubando a floresta para a implantação de fazendas de gado e deixando 10 mil famílias de seringueiros sem trabalho, Chico Mendes organizou os "empates", manifestações pacíficas em que os trabalhadores protegiam as árvores com seus próprios corpos.

O ambientalista participou ativamente da luta pelos habitantes da região, organizando várias ações em defesa da posse da terra pelos habitantes nativos e convencendo-os a se sindicalizar. Participou também da implantação do Projeto Seringueiro, que construiu escolas para alfabetizar os seringueiros – ele mesmo só aprendeu a ler por volta dos 19, 20 anos – e conscientizá-los de seus direitos por meio de uma metodologia inovadora.

Em 1975, foi Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. Em 1977, foi eleito Vereador pelo MDB e, logo depois, ajudou a fundar o novo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

Era a figura mais atuante do movimento sindical e ambientalista brasileiro. Acreditava que a atuação político-partidária era uma forma de fortalecer o movimento e garantir melhorias para os seringueiros. Ingressou no Partido dos Trabalhadores como um de seus fundadores no Acre.

Em outubro de 1985, Chico Mendes e outras lideranças organizaram o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em que formularam a ideia das reservas extrativistas como forma de resguardar os direitos dos seringueiros sobre a floresta. A partir daí, sua luta pela preservação do modo de vida dos seringueiros e pela conservação da floresta amazônica chamou a atenção do mundo.

Em julho de 1987, recebeu o prêmio Global 500, concedido pela ONU às personalidades que mais se destacaram na defesa do meio ambiente no mundo. Foi agraciado também com a medalha Sociedade para um Mundo Melhor, tendo recebido outros prêmios no Brasil e no exterior.

Ao final dos anos 1980, os conflitos pela posse da terra entre seringueiros e pecuaristas chegaram a seu ápice e as ameaças de morte a Chico Mendes eram constantes. Na noite de 22/12/88, foi alvejado com um tiro no peito, em sua própria casa.

Por sua intensa luta pela preservação da Amazônia e em defesa dos direitos dos seringueiros, consideramos meritória a preservação da memória de Chico Mendes por meio da homenagem que lhe será feita com a denominação da unidade escolar situada na Fazenda da Roça, no Município de Arinos.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.321/2012, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 13 de setembro de 2012.
Neilando Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.390/2012

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.



Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.390/2012 pretende declarar de utilidade pública a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo congregar as câmaras de dirigentes lojistas mineiras na defesa de seus interesses.

Na consecução de seu propósito, a instituição presta assistência técnica, especialmente aos serviços de proteção ao crédito; fomenta o desenvolvimento do comércio lojista; desenvolve programas de qualificação e capacitação profissional, bem como pesquisas direcionadas ao mercado de trabalho do comércio; estimula a integração e a colaboração entre os comerciantes; promove projetos culturais, ambientais, turísticos e sociais.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social realizado pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.390/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2012.

Rômulo Viegas, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/9/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Bosco em que notifica o falecimento de Sra. Ivien Akel Valle, ocorrido em 10/9/2012, em Araxá. (- Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/9/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Jadnaclea dos Santos Alves Antônio do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Cherem

exonerando Carla Corrêa Borges Antunes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Gláucia Costa Teixeira Thomaz do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando Paulo da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas;

nomeando Carla Corrêa Borges Antunes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Gláucia Costa Teixeira Thomaz para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Paulo da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Thiago de Azevedo Teixeira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Francisco Honorio da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Keitymara Martins Gomes para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Márcia Campos Pereira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 3/9/2012, Maíra Rolim Marques Resck do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 93/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14h45min do dia 26/9/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de veículos motorizados para transporte de passageiros.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - CEP 30.190-090, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min a 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 56/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/10/2012, às 14h30min, pregão presencial do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para elaboração e fornecimento de maquete da Praça Carlos Chagas e Palácio da Inconfidência.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte-MG - CEP 30.190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/77/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Aviation Táxi Aéreo S.A. Objeto: serviço de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo, incluindo seguro aeronáutico para cobertura de sinistros. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 21/11/2012 a 20/11/2013. Dotação orçamentária: 101011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/97/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Aviation Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de hangaragem de uma aeronave Xingu. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/11/2012 a 31/10/2013. Dotação orçamentária: 101011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT/94/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Aviation Táxi Aéreo S.A. Objeto: manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 4/11/2012 a 3/11/2013. Dotação orçamentária: 101011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 23/8/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/8/2012, na pág. 39, no título, onde se lê:
“23ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:



“22ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 30/8/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/8/2012, na pág. 8, no título, onde se lê:

“24ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:

“22ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 31/8/2012, na pág. 18, sob o título “Gabinete do Deputado Carlos Mosconi”, onde se lê:

“André Ribeiro Semensato Ribeiro”, leia-se:

“André Ricardo Semensato Ribeiro”.

PROJETO DE LEI Nº 3.455/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/9/2012, na pág. 23, no despacho, onde se lê:

“nos termos do art. 188”, leia-se:

“nos termos do art. 190”.